

A Força da Tradição*

a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch

The Power of Tradition

the persistence of historic Old Regime in Marc Bloch's Oeuvre

TIAGO DE MELO GOMES

Doutor em História (Unicamp), Professor de Teoria da História (UnilesteMG)
Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 3500,
Coronel Fabriciano, Vale do Aço, MG, 35170-056
e-mail: melogtiago@yahoo.com.br

RESUMO Este artigo se foca na obra de Marc Bloch, em especial em seu livro tido como mais importante, *A Sociedade Feudal* (1939), argumentando que mesmo no trabalho de um dos mais importantes do século XX ainda é possível encontrar elementos associados a uma historiografia mais tradicional.

Palavras-chave Marc Bloch, Escola dos *Annales*, Historiografia

ABSTRACT This article is focused on Marc Bloch's oeuvre, especially in his so-called masterpiece, *Feudal Society* (1939), arguing that even in the work of one of the most important historians of the century, we can find important elements of the traditional historiography.

Key words Marc Bloch, *Annales* School, Historiography

* Artigo recebido em 15/12/2005. Aprovado em 16/02/2006.

1. Introdução¹

O título deste artigo remete importante trabalho de Arno Mayer,² o qual argumenta que, ao contrário do que os historiadores tendem a enfatizar, inúmeros elementos dos antigos regimes europeus haviam sobrevivido aos cataclismas de 1789 e 1848, por vezes chegando ainda fortes a 1914. Nas palavras do autor:

Isso não significa negar a importância crescente das forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem. Mas significa sustentar que até 1914 as forças de inércia e resistência contiveram e refrearam essa nova sociedade dinâmica e expansiva no interior dos *anciens régimes* que dominavam o cenário histórico europeu.³

Assim, apesar de reconhecer o dinamismo das “forças modernas”, Mayer desenha um quadro no qual às vésperas da Primeira Guerra a Europa ainda se encontrava em grande parte dominada por instituições do Antigo Regime nos planos econômico, social, político e cultural. Naturalmente pode-se censurar o autor por exagerar a persistência do Antigo Regime na Europa entre 1848 e 1914, mas Mayer prontamente rebate tal crítica, notando que tendo em vista a ênfase dada por historiadores de tendências muito diferentes às “forças modernas” no período, seu livro busca compensar tal desequilíbrio com uma abordagem que privilegie os “elementos pré-modernos” naquele período, dado que estes jamais foram postos em destaque pela historiografia.⁴

Independente do que se possa pensar do livro de Mayer, é difícil negar ao historiador um importante mérito. Se qualquer calouro de graduação em História está familiarizado com um discurso que prega a necessidade de evitar a linearidade e a teleologia, o fato é que na prática muitas vezes tal discurso não encontra contrapartida no fazer historiográfico. Pode-se notar, por exemplo, o quanto tais princípios têm sido negligenciados por parte substantiva dos estudos sobre a historiografia. Um caso particularmente relevante é o do ano de 1929, tomado com frequência como baliza que demarca o início do século XX historiográfico (a “ruptura fundadora de 1929” de que fala Jacques Revel).⁵ A sacralização da data é bastante sintomática, visto que marca a fundação da revista em torno da qual gravitaram as diversas gerações dos *Annales*, levando os menos informados a ignorarem

1 Agradeço aos comentários e observações de Alexandre Lazzari, Betzaida Tavares e Josianne Cerasoli, bem como ao UnilesteMG, por ter me possibilitado a dedicação ao projeto que resultou no presente artigo.

2 MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

3 MAYER, Arno J. *A Força da Tradição*, p.15-6.

4 MAYER, Arno J. *A Força da Tradição*, p.14-5.

5 REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.14.

o fato de que a renovação em História naquele momento era discutida em outros espaços, muitas vezes em termos semelhantes.⁶

Tal fato não se deu por acaso: ao longo dos anos os historiadores do grupo construíram uma história da historiografia mundial na qual aquele ano aparecia como um marco zero da renovação historiográfica que derubou as correntes vigentes no século XIX. Para Braudel, por exemplo, “em 1929, tudo em história estava por ser feito, refeito ou repensado conceitual e praticamente”.⁷ Mais longe vai Jacques Le Goff, para o qual os poucos autores relevantes anteriores a 1929 (Voltaire, Chateaubriand, Guizot, Michelet, Simiand) são meramente antecessores dos *Annales*, ponto para onde converge, a partir de 1929, toda a transformação operada na historiografia mundial, em uma visão que teve grande sucesso ao difundir a “lenda douorada dos *Annales*”, de que fala Jacques Revel.⁸

Independente da opinião que se possa ter sobre o assunto, é essencial lembrar a existência de autores de outras tendências que vêm no grupo uma grande importância, mas colocam-no como fenômeno paralelo ao Marxismo e outras tendências contemporâneas que contribuíram para a superação da historiografia do século XIX, e não como uma novidade que superou as demais visões de História,⁹ o que nos lembra que a visão apologética veiculada pelos membros dos *Annales* está longe de ser a única possível sobre o assunto.

-
- 6 BURGUIÈRE, André. Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales. *Annales: économies, sociétés, civilisations*, ano 34, nº 6, 1979, p.1350; CARBONELL, Charles-Olivier. *La Historiografía*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986, p.135. Um exemplo óbvio, entre outros, é o da *New History* norte-americana, cujo nome de maior expressão era Charles A. Beard e se defrontou (embora talvez com menor sucesso) com questões semelhantes em época análoga ao surgimento dos *Annales* (HANDLIN, Oscar. *A Verdade na História*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: Ed.UnB, 1982; IGGERS, Georg G. *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Middletown: Wesleyan University Press, 2005, p.41-43; MOURA, Gérson. *História de Uma História: ramos da historiografia norte-americana no século XX*. São Paulo: Edusp, 1995, p.20-28; SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*. Bauru: Edusc, 2001, p.71-78). Mesmo para o caso francês, pode-se lembrar o comentário de Eric Hobsbawm, que vê a renovação historiográfica naquele país como resultado de uma “frente ampla” que teve os *Annales* desempenhando um papel central, mas não atuando sozinhos (HOBSBAWM, Eric. *A História Britânica e os Annales: um comentário*. In: *Sobre História: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.193-200).
- 7 Citado em REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da história*. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1996, p.68.
- 8 LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.25-57. Ver também outro texto do mesmo autor que segue o mesmo procedimento de ver nos *Annales* a culminância dos desenvolvimentos historiográficos anteriores, superando-os através de uma visão renovadora da História, em uma atitude francamente evolucionista no que tange à historiografia (LE GOFF, Jacques. *História*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Tipografia Nacional-Casa da Moeda, 1985, Vol. 1, p.158-259). Destoando dessa visão clássica sobre a fundação da escola temos o texto já citado de André Burguière. O autor, membro destacado da terceira geração, escrevendo na própria revista dos *Annales* por ocasião da comemoração dos 50 anos da publicação em meio ao auge da produção autocelebrativa da escola, surpreendentemente nega-se a tomar o caminho que se poderia esperar. Anota os aspectos lendários da narrativa mais aceita sobre o grupo e observa que a marginalidade e a originalidade da revista eram no mínimo relativas, e que sua verdadeira originalidade foi o tom combativo de suas resenhas. Para uma crítica externa à visão do grupo, ver SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*.
- 9 CARDOSO, Ciro Flamarion. *História e Paradigmas Rivalis*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.1-23; HOBSBAWM, Eric. *A História Britânica e os Annales: um comentário*; HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (Org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.1-29; IGGERS, Georg G. *Historiography in the Twentieth Century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*; STONE, Lawrence. *The Revival of Narrative. Past and Present*, nº 85, 1979, p.3-24.

A idéia de que o ano de 1929 marca o início de uma historiografia renovada, que abandonou em definitivo os métodos das correntes do século XIX, cristalizou-se a ponto de não ser questionada por muitos anos mesmo em trabalhos que se mostraram mais críticos às realizações dos *Annales*.¹⁰ Recentemente, no entanto, o cenário se modificou. Sem deixar de reconhecer o pioneirismo da escola francesa, diversos autores têm tentado complexificar o quadro anterior, matizando a idéia de que haveria uma total descontinuidade entre a obra dos *Annales* e a historiografia anterior. Há inclusive autores simpáticos ao grupo que têm observado a incoerência presente no fato de a escola contar sua própria história de modo nacionalista, linear e heróico, nos mesmos termos em que a historiografia anterior era por eles criticada.¹¹

Um elemento que tem sido particularmente revisto é a caracterização da historiografia do século XIX, que aparece nos escritos dos membros dos *Annales* como meramente voltada para a exaltação de heróis a partir de relatos factuais sobre temas políticos, militares e diplomáticos. Atualmente tende-se a ver a questão de uma outra forma, e tem se demonstrado que se tais características eram centrais à historiografia do século XIX, isso não resume a produção do período. Autores insuspeitamente simpáticos aos *Annales* têm argumentado que a historiografia anterior contou com pesquisas voltadas para outras temáticas (economia, sociedade, cultura) e assistiu à utilização de métodos que nem sempre estavam completamente distantes do que se produziu ao longo do século XX.¹²

No entanto, nota-se que os importantes esforços para mostrar que a historiografia anterior não era a caricatura que o grupo francês desenhou não têm tido contrapartida que vise discutir a possibilidade de que a escola possa ter incorporado elementos que criticavam naqueles historiadores. É evidente que algo já foi feito nesse sentido, e pode-se lembrar que particularmente a obra de Lucien Febvre tem sido avaliada como contendo ainda

10 Ver, por exemplo DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. Curiosamente, é pelas mãos de um autor francamente apologético aos *Annales* que vemos um destaque menor ao ano de 1929: Traian Stoianovich desloca o marco fundador para os anos imediatamente posteriores a 1945, visando reservar a Braudel o papel de fundador do paradigma do grupo (STOIANOVICH, Traian. *French Historical Method: the Annales paradigm*. Ithaca-London: Cornell University Press, 1976). No entanto, o próprio Braudel critica a postura de Stoianovich no prefácio do livro, reclamando a ausência da glorificação do ano de 1929, o que mostra a importância de tal data na construção da memória da escola. De resto, cabe notar que é a Braudel que Carole Fink (FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na História*. Oeiras: Celta, 1995, p.336) atribui o papel de ter envolvido Bloch e Febvre "numa aura de rebelião clássica contra o mundo acadêmico francês". Já Burguière pensa que tal aura já estava claramente exposta pelos pais fundadores (BURGUIÈRE, André. *Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*).

11 CARBONELL, Charles-Olivier. *La Historiografia*, p.135; NOIRIEL, Gérard. *Sobre la Crisis de la Historia*. Madrid: Cátedra, 1997, p.254; REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da história*, p. 68.

12 BURGUIÈRE, André. *Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*; BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, s. d., p.113-4; BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991, p.17-23; DOSSE, François. *A História*. Bauru: Edusc, 2003, p.42-4; FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na História*, p.29-30; NOIRIEL, Gérard. *Sobre la Crisis de la Historia*.; VILAR, Pierre. Entrevista. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompostos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ-Ed. FGV, 1998, p.271-297.

elementos das tradições anteriores, sendo mesmo associada à influência de Fustel de Coulanges e Charles Seignobos ou à hermenêutica alemã.¹³ Discute-se também sua ênfase na história das idéias, embora não no sentido tradicional, pois neste caso se busca inserir o pensamento dos indivíduos em uma estrutura que os tornou possível.¹⁴

Porém, tais observações têm sido feitas essencialmente sobre a produção de Lucien Febvre: um desses analistas parece bastante representativo de uma tendência mais geral quando afirma que Febvre tinha um pé no século XIX, enquanto Marc Bloch seria por inteiro um historiador do século XX, sendo o principal arquiteto das inovações trazidas pela escola dos *Annales*.¹⁵ Cristaliza-se assim a tendência de destacar a figura de Bloch, o verdadeiro “Chefe do Estado-Maior” da escola, nas palavras de Braudel. É difícil discordar de tal ponto de vista, principalmente quando se pensa em obras do porte de *Os Reis Taumaturgos* ou *A Sociedade Feudal*, mais que suficientes para tornar seu autor presença obrigatória em qualquer lista dos maiores historiadores de todos os tempos.

No entanto, nada disso deve obscurecer o fato de que Marc Bloch, nascido em 1886, teve toda a sua formação acadêmica sob o “Antigo Regime na Historiografia”,¹⁶ tendo sua banca de tese de doutoramento (que lhe deu nota máxima) sido presidida pelo próprio Charles Seignobos,¹⁷ elementos que forçosamente deixaram marcas em sua produção posterior. O restante deste artigo se ocupará de sondar a possível persistência de elementos de tradições anteriores na obra de Bloch, buscando com isso contribuir para os esforços em curso de contar a trajetória do grupo de forma menos linear e teleológica.

2. Da Unidade Essencial dos Povos Romanos e Germânicos e de Sua Comum Evolução

Poderia-se lembrar, por exemplo, na visão de progresso implícita em inúmeras passagens de *Os Reis Taumaturgos*, nas quais Bloch deixa claro que a concepção da realeza subjacente ao toque real lhe parece derivada de “civilizações perdidas na obscuridade da pré-história”, portanto “irracional”, típica de sociedades “primitivas” e sobretudo “pouco evoluída”.¹⁸ A utilização de termos de forte conotação evolucionista não deixa margem para

13 FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1999, p.207; GUERREAU, Alain. *O Feudalismo, um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, s.d., p.170; NOIRIEL, Gérard. *Sobre la Crisis de la Historia*; REIS, José Carlos. *Annales: a renovação da história*, p.44-5.

14 REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994, p.36-45.

15 REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*, p.46-57.

16 A expressão é de BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*.

17 FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na História*, p.93; NOIRIEL, Gérard. *Sobre la Crisis de la Historia*, p.259.

18 BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio – França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.44, 68-9.

dúvidas: subjacente a *Os Reis Taumaturgos* se encontra uma concepção progressista da História que não teria despertado qualquer piedade nos *Annales* caso tivesse sido formulada por Seignobos ou Lavissee.

No entanto, o caso mais claro de permanência de elementos das tradições historiográficas anteriores na obra de Marc Bloch está nos primeiros capítulos *A Sociedade Feudal* (1939). Se o livro tem sido desde seu lançamento sido saudado com inteira justiça, é certo que a obra não deixa de pagar seu tributo aos historiadores do século XIX. Por exemplo, parece claro que em seu estudo da “Europa feudal”, Bloch utiliza uma formulação bastante restritiva do conceito de “Europa”. Segundo o autor, no mundo antigo:

A civilização antiga centrava-se em redor do Mediterrâneo. (...) As grandes oscilações dos preços agitavam a economia desde o Eufrates até a Gália. Sem os trigos da África, a existência da Roma imperial não poderia conceber-se, tal como, sem o africano Agostinho, a teologia católica não existiria. Em contrapartida, transposto o Reno, começava o imenso país dos bárbaros, estranho e hostil.¹⁹

No entanto, as invasões que marcaram a desagregação do mundo antigo modificariam a situação. Principalmente as invasões germânicas, que inaugurariam uma nova fase: “o conjunto romano-germânico”.²⁰ O autor nota que não se trata de um todo homogêneo, mas acrescenta: “No entanto, por muito acentuadas que tenham sido essas diversidades, como poderíamos deixar de reconhecer, acima delas, uma tonalidade de civilização comum, a do Ocidente?”. Segue então:

Não é apenas com vista a poupar ao leitor o aborrecimento de pesados adjetivos que, nas páginas que vão seguir-se, onde poderia esperar ler-se ‘Europa Ocidental e Central’, ler-se-á muito simplesmente ‘Europa’. Na verdade, o que importa a aceção do termo a os seus limites, na velha geografia fictícia das cinco ‘partes do mundo’? O que conta é o seu valor humano. Ora, onde germinou e se desenvolveu, para depois se espalhar pelo globo, a civilização européia, senão entre os homens que viviam entre o Tirreno, o Adriático, o Elba e o Oceano?²¹

Essa civilização seria limitada por três blocos: “o maometano, o bizantino e o eslavo”, mostrando claramente que para Bloch a Europa é uma civilização, um termo equivalente ao “Ocidente”, que aparece como termo intercambiável com “Europa”, revezando-se na mesma página como sinônimos, como se pode conferir nas citações acima.

O quadro é, portanto, desenhado muito claramente: de um lado, o “conjunto romano-germânico”, a “Europa”, o “Ocidente”; de outro, bizan-

19 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, s.d., p.13.

20 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.14.

21 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.14.

tin, muçulmanos e eslavos. Tal quadro poderia ser confrontado com o tratamento dado por Leopold von Ranke, o maior nome da historiografia do século XIX, para a mesma temática. O historiador alemão vê no Império Carolíngio uma unificação romano-germânica, que originou “seis grandes povos; em três predominou o elemento românico: no francês, no espanhol e no italiano; em três, o germânico: no alemão, no inglês e no escandinavo”. Para ele, “São eles de ascendência igual ou similar, apresentam traços comuns, tanto nos costumes, quanto nas instituições; em sua história interna revelam vínculos extremamente coordenados e, em esforço comum, deram lugar a algumas das grandes realizações do Ocidente”.²² Tal complexo se originaria da “migração dos povos”, que levaria a tal “unificação” após alguns conflitos:

Entre os dois componentes desse complexo demográfico formou-se uma estreita unidade de sangue aparentado, assim como de cultos instituições, costumes e mentalidade ambivalentes. Juntos, combateram vitoriosamente a influência de grupos étnicos alienígenas. Nações que, além deles, tomaram parte na migração dos povos, principalmente árabes, magiares e eslavos, ameaçaram interferir nesse processo evolutivo de forma perturbadora ou até destrutiva. Os árabes, no entanto, foram eliminados, por força dos princípios frontalmente contrastantes de sua religião; os magiares foram mantidos dentro das fronteiras da Hungria e os vizinhos eslavos acabaram por ser exterminados ou subjugados.²³

Enfim, romanos e germânicos, em sua história paralela (“A evolução comum há de ter suscitado idéias e tendências idênticas em nossas nações”),²⁴ unidos pelas idéias, sentimentos e sobretudo em uma religião comum, deram origem à Europa. A semelhança com o argumento de Marc Bloch é notável.²⁵ Para ambos os autores a Europa é fruto da fusão das heranças romana e germânica, grupos que se viram obrigados a buscar a defesa comum perante a ameaça externa (“Formada alguns séculos antes, no escaldante cadinho das invasões germânicas, a nova civilização ocidental, por seu lado, aparecia como uma cidadela sitiada, ou melhor, mais do que semi-invadida”).²⁶ No entanto, Ranke trata as “migrações dos povos” de forma bastante assimétrica: enquanto os germânicos teriam se unido aos romanos formando um “complexo demográfico” de “sangue aparentado”, os demais grupos são tratados simplesmente como invasores. Teria Marc

22 RANKE, Leopold Von. Da Unidade Essencial dos Povos Romanos e Germânicos e de Sua Comum Evolução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979, p.65.

23 RANKE, Leopold Von. Da Unidade Essencial dos Povos Romanos e Germânicos e de Sua Comum Evolução, p.66.

24 RANKE, Leopold Von. Da Unidade Essencial dos Povos Romanos e Germânicos e de Sua Comum Evolução, p.77.

25 Para uma crítica à visão compartilhada por Bloch, Ranke e autores como Lucien Febvre (FEBVRE, Lucien. *A Europa: a gênese de uma civilização*. Bauru: Edusc, 2004), ver FONTANA, Josep. *A Europa Diante do Espelho*. Bauru: Edusc, 2005, p.46.

26 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.19.

Bloch proposto um olhar diferente, evitando o caminho de separar um “nós” (Europa) de um “eles” (invasores não-europeus)?

Na verdade, a diferença básica nesse quesito em particular é que Bloch se detém muito mais detalhadamente na caracterização de tais invasores como “bárbaros”. No que tange aos muçulmanos, após descrever alguns confrontos estritamente sob o ponto de vista militar, seguem-se três páginas inteiras anotando saques, carnificinas e atrocidades cometidas pelos muçulmanos,²⁷ deixando o leitor curioso por saber se o tratamento dado pelos “europeus” a seus inimigos seria mais justo, pergunta que fica inteiramente sem resposta.

Contudo, tal caracterização parece suave, quando se observa o tratamento dispensado pelo autor aos húngaros, definidos como “verdadeiros selvagens, que os chefes conduziam às batalhas à chicotada, mas soldados temíveis e hábeis, quando era preciso combater”. Quando estabelecidos na atual Hungria:

Algumas vezes, segundo o uso comum aos bandidos de todos os tempos, faziam-se pagar uma soma em dinheiro pelas populações que prometiam poupar; por vezes exigiam mesmo um tributo regular (...). Mas estes processos de exploração apenas eram praticáveis nas províncias limítrofes da própria Hungria. Mais longe, contentavam-se em matar e pilhar, abominavelmente. (...) Acima de tudo, parece, preferiam fazer prisioneiros, escolhendo cuidadosamente os melhores, não reservando, por vezes, entre uma população passada a fio de espada, senão as mulheres novas e os rapazinhos: sem dúvida para as suas necessidades e prazeres, e principalmente para vender.²⁸

Parece realmente difícil a Bloch qualquer manifestação que escape a tratar o grupo como um bando de selvagens, que matam, pilham e se servem de moças e rapazes para saciar seus prazeres incontroláveis. Vale notar que atrocidades cometidas por europeus contra os invasores, igualmente documentadas pela bibliografia,²⁹ simplesmente não têm espaço no livro, o que sugere que não existiram ou não contam

Além da duríssima caracterização dos não-europeus, cabe notar um outro elemento presente nos primeiros capítulos de *A Sociedade Feudal*. Se as invasões estudadas foram tão perturbadoras quanto o mostra o autor, o leitor acaba por se perguntar: por que os húngaros invadiram a Europa? Por que se aquietaram posteriormente após causar tão grandes estragos? Tal aspecto é profundamente decepcionante, pois o “Chefe do Estado-Maior” da Nova História silencia inteiramente sobre a primeira questão (como se fosse auto-evidente que invadir territórios alheios fosse parte da

27 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.21-4.

28 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.26.

29 FONTANA, Josep. *A Europa Diante do Espelho*. Bauru: Edusc, 2005, p.45.

natureza bárbara) e concede indiscutível predominância a fatores militares (principalmente o fim do perigo normando, que teria permitido uma maior concentração de forças contra os húngaros) para explicar a derrota dos húngaros e sua transformação em mais um dos povos a habitarem o centro da Europa. Após isto, são arrolados outros elementos para explicar o fim de tais invasões, inclusive de outra ordem, como a organização estatal e a conversão ao catolicismo. Mas as explicações militares têm uma clara predominância, da mesma maneira que já havia ocorrido no capítulo sobre os muçulmanos.³⁰ Ou seja: ao contar a história das invasões, Marc Bloch subitamente se transforma em um historiador muito próximo a seus tão criticados predecessores, com sua ênfase na história militar e sua visão estereotipada dos não-europeus.³¹

Já os “Normandos”, designação mais geral para os escandinavos, são vistos de forma mais humana que muçulmanos e húngaros:

Encarados numa justa perspectiva, aparecem-nos apenas como um episódio de uma grande aventura humana, particularmente sangrenta, diga-se em boa verdade: estas amplas migrações escandinavas que, pela mesma época, da Ucrânia à Groenlândia, estabeleceram tantos novos laços comerciais e culturais.³²

Contudo, por vezes Bloch também não os poupa: “Acrescentemos finalmente ao retrato destes guerreiros do Norte os fortes e brutais apetites sensuais, o prazer do sangue e da destruição e, por vezes, ímpetos terríveis, um pouco loucos, em que a violência não tinha limites”.³³ Vale notar ainda como Bloch explica a transformação dos vikings de saqueadores em colonizadores:

Na verdade, tudo contribuía para favorecer essa transformação dos simples bandidos de há pouco. Estes viquingues, que os campos de pilhagem do Ocidente atraíam, pertenciam a um povo de camponeses, de ferreiros, de escultores em madeira e de comerciantes, tal como de guerreiros. Arrastados para fora de suas terras pelo amor à riqueza ou as aventuras, por vezes obrigados ao exílio por

30 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.27-30.

31 O que por certo não deve ser visto como marca dos *Annales*, visto que Georges Duby (DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu – sécs.VII-XII*. 2ª ed. Lisboa: Estampa, 1993, p.127-170) faz uma primorosa história social, econômica e política das invasões, contemplando o complexo conjunto de causas que levou escandinavos, húngaros e demais invasores a se deslocarem para a Europa e posteriormente nela se fixarem. Ver também a postura de LE GOFF, Jacques. *Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1983, p.31-36.

32 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.33.

33 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.35-6. Carole Fink (FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na História*, p.198) anota o tratamento injusto dispensado pelo livro aos vikings, mas estranhamente nada tem a dizer em relação ao tratamento dispensado a muçulmanos e húngaros, ainda mais severo.

vendettas familiares ou rivalidades entre chefes, não deixavam por isso de sentir atrás de si as tradições de uma sociedade que tinha os seus quadros fixos.³⁴

Interessante notar como o trecho acima foi escrito como se, em pleno ano de 1939, seu autor jamais tivesse ouvido falar de um grupo de historiadores franceses que pregava a necessidade de uma história econômica e social. Tendo em vista o espetacular deslocamento populacional dos “normandos” naqueles séculos, as guerras que provocaram bem como as imensas conseqüências que trouxeram para a subsequente história europeia, Bloch os explica pelo “amor à riqueza ou as aventuras” e “vendettas familiares ou rivalidades entre chefes”, singelas explicações que parecem saídas das páginas de algum livro de Leopold von Ranke.

Obviamente que não se pode afirmar que Bloch e Ranke desenvolvem o mesmo argumento. O historiador alemão está claramente focado na questão acima, que é central a seu trabalho, de forma que seu texto tem o objetivo específico de demonstrar as raízes comuns entre latinos e germânicos. Já Marc Bloch não tem qualquer desejo de se fixar nessa discussão: seu objetivo é a sociedade da Europa ocidental durante a Idade Média, e as invasões possuem grande espaço em seu livro apenas para explicitar sua importância, central para Bloch, para explicar a formação dos laços de dependência feudais. Em suma, tais argumentos de Bloch podem significar apenas que o autor buscava liquidar tal assunto nos primeiros capítulos de seu livro para chegar ao núcleo de seu argumento. No entanto, de qualquer forma é interessante observar que, ao mover-se em terreno onde talvez se sentisse menos seguro, o historiador francês tenha adotado um ponto de vista semelhante à historiografia do século XIX e escrito três capítulos dominados pela história política e militar e claramente eurocêntricos.

Por outro lado, é necessário lembrar as especificidades do contexto historiográfico francês quando do surgimento dos *Annales*, dominado por historiadores nacionalistas e não raro xenófobos, os chamados “vencidos de 1870”, bastante hostis em relação à Alemanha. Neste sentido, os primeiros capítulos de *A Sociedade Feudal* podem ser vistos sob um prisma político menos conservador do que possa parecer. A defesa de uma unidade europeia não deixava de ser uma contraposição à geração precedente de intelectuais franceses, e a adoção de alguns pontos de vista anteriormente defendidos por autores alemães pode ser vista como um indício nesse sentido.³⁵ Pode-se comparar, por exemplo, a postura de Bloch com o estudo contemporâneo de Febvre sobre o Reno, que despertou a fúria dos colegas

34 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.38.

35 Deve-se lembrar ainda que a formação de Bloch enquanto historiador incluiu um contato nada desprezível com o mundo acadêmico alemão, o que certamente o colocou em contato com os grandes historiadores daquele país que se celebrizaram ao longo do século XIX e início do XX.

alemães, sendo ainda hoje censurado por sua germanofobia.³⁶ Assim, tal argumento pode ter sido uma mensagem pacifista, em especial quando lembramos que o livro foi publicado em 1939, às vésperas da Segunda Guerra.

3. As Grandes Potências

E qual o balanço final das invasões? Bloch pensa que após as mesmas a Europa pôde desenvolver-se de modo à parte restante do mundo:

Até ali, estas devastações feitas por bandos vindos do exterior e estas grandes movimentações de povos tinham verdadeiramente tecido o curso da história do Ocidente, bem como a do resto do mundo. Doravante, o Ocidente ficará livre delas. Diferentemente, ou quase, do resto do mundo. (...) Nada nos impede de pensar que esta extraordinária imunidade, cujo privilégio apenas partilhamos com o Japão, tenha sido um dos fatores fundamentais da civilização européia, no sentido profundo, no sentido exato da palavra.³⁷

Assim, Bloch parece chegar a uma conclusão que Ranke teria apreciado bastante. Apesar de sitiada por todos os lados, invadida por povos bárbaros, grosseiros e selvagens, incapazes de ver além de suas necessidades mais imediatas de riquezas e prazer carnal e rústicos em sua ausência de civilização, a Europa havia sobrevivido. E agora era a hora de celebrar os responsáveis por tais glórias, ao melhor estilo dos manuais nacionalistas que tanto enfureciam os membros dos *Annales*:

Chegou, por fim, o desmoronamento do Estado carolíngio: rápida e trágica derrota de um punhado de homens que, a custo de muitos arcaísmos e imperícias, mas com uma boa vontade imensa, se tinham esforçado para preservar certos valores de ordem e civilização.³⁸

Porém, é injusto pensar que tal passagem sirva como prova de uma francofilia exacerbada da parte de Marc Bloch. No mesmo livro, ao discutir a resistência ocorrida na Inglaterra frente às invasões escandinavas, o autor observava:

Apenas o Wessex, que ao tempo se estendia por todo o sul, conseguiu preservar a sua independência, não sem duras guerras, ilustradas a partir de 871 pelo heroísmo, sábio e paciente, do rei Alfredo. Produto acabado desta civilização anglo-saxônica, a qual, melhor do que qualquer outra nos reinos bárbaros, tinha

36 O livro em questão é FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Para algumas críticas nesse sentido ver o próprio prefácio da edição citada, escrito por Peter Schöttler.

37 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.72.

38 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.173.

sabido fundir numa síntese original os contributos de tradições culturais opostas, Alfredo, rei sábio, foi também um rei soldado.³⁹

Assim, seria mais justo notar que nas passagens citadas Marc Bloch tende não a um nacionalismo exclusivista, típico da geração de Seignobos e Lavissee, os “vencidos de 1870”, mas sim a outra característica localizável na historiografia europeia do século XIX: a exaltação das grandes figuras que fossem vistas como líderes valorosos de suas nações, independente de sua nacionalidade. Precisamente essa característica foi associada a Ranke, acusado por diversos contemporâneos de não ser suficiente nacionalista em função de seu relativismo nacional e religioso.⁴⁰ Efetivamente é possível notar no mestre alemão elogios mesmo a arquiinimigos, como Luís XIV, visto como o grande artífice da supremacia francesa no século XVII. Para Ranke, uma vez que os líderes soubessem se colocar em sintonia com seus súditos, tornando-se expressões máximas dos sentimentos nacionais, seus reinados se tornariam bem sucedidos. Note-se, a título de exemplo, a forma como aborda a guerra entre suecos e russos:

O destino quis que os dois heróis nórdicos se encontrassem mais uma vez; de um lado, Carlos XII, de outro Pedro I, filhos legítimos das nações germânica e eslava. O germano, magnânimo e simples, sem qualquer antecedente que pudesse manchar sua vida e sua honra, herói íntegro, homem de palavra, de atitudes audazes, crente devoto, pertinaz até a teimosia, inabalável. O eslavo, bondoso e cruel ao mesmo tempo, agilíssimo, ainda meio bárbaro, de espírito altaneiro, que com todo o entusiasmo apaixonado de um espírito jovem, ávido de conhecimentos novos, absorveu os estudos e o progresso das nações europeias, com o espírito transbordando de grandes planos e projetos, incansável em sua realização. É uma visão sublime a que acompanha a luta entre esses dois gênios. Qual seria o maior?

Resposta, vitória russa:

Enquanto Carlos mostrou compreender mal os interesses verdadeiros do seu povo, Pedro identificou com sua própria pessoa o engrandecimento de seu país, dispensando o melhor dos seus cuidados ao preparo e progresso dos legítimos interesses da nação.⁴¹

A comparação de tais passagens de Ranke com o texto de Bloch sobre Alfredo aponta importantes semelhanças e diferenças. Parece bastante claro que, diferente de Bloch, Ranke identifica explicitamente a nação ao

39 BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*, p.39.

40 HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Atual e o Inatual em L. von Ranke. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979, p.8-12.

41 RANKE, Leopold Von. As Grandes Potências. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Leopold von Ranke: história*, p.158-9.

ocupante do trono, um elemento bastante característico da historiografia do século XIX. Por outro lado, a concepção de que os monarcas deveriam ser avaliados não apenas por suas qualidades pessoais mas por sua capacidade de encarnar o espírito de seu povo parece perfeitamente compatível com o ponto de vista expresso por Bloch quando lembra o rei Alfredo.

É importante ressaltar que tais citações são atípicas tanto de *A Sociedade Feudal* como da obra de Marc Bloch. No livro citado, Bloch mostra a Idade Média através da história social que virtualmente ignora os “grandes homens” ao longo de sua argumentação. Na verdade, como vários autores já observaram, Lucien Febvre criticou o livro precisamente por seu sociologismo, que mantinha os homens ausentes da obra⁴². No entanto, é importante sublinhar que por mais que se lembre do caráter renovador da obra do historiador francês, parece que o mesmo não se livrou por completo dos pressupostos de tradições anteriores, que eventualmente reapareciam em seu trabalho, mostrando a impossibilidade de um olhar evolucionista e linear para a historiografia. No entanto, tal constatação parece vazia se não for acompanhada de uma discussão que busque compreender as razões que levaram um historiador tão inovador como Marc Bloch a escrever passagens como as citadas acima.

Um elemento importante e freqüentemente esquecido é o fato de que Marc Bloch, muito diferente de Febvre neste ponto,⁴³ não colocava seu próprio olhar sobre a história em termos de uma brutal ruptura com seus antecessores. Enquanto Febvre, muito sintomaticamente, deu o nome de *Combates Pela História* para sua mais conhecida obra metodológica e fez jus ao título disparando contra seus opositores, Bloch adotou um caminho bastante diverso. Em sua *Apologia da História* assume outra postura em relação a seus antecessores. Em diversos momentos, mostra-se simpático a pontos de vista expressos por autores como Seignobos, Coulanges, Michelet ou Ranke, ainda que se trate de questões pontuais.⁴⁴ Mesmo quando se trata de se opor a historiadores canônicos, como Seignobos e Niebuhr, Bloch mostra-se pouco disposto a “combates”, classificando suas diferenças em relação a tais autores como resultado de diferentes “atmosferas mentais” entre a época dos mesmos e o momento em que escreve.⁴⁵ Assim, percebe-se que, a despeito de sua obra conter diferenças bastante óbvias entre sua concepção de História e a de seus predecessores, Bloch

42 Ver, por exemplo, BURGUIÈRE, André. La Notion de 'Mentalités' Chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations. *Revue de Synthèse*, nº.111-112, p.333-348, 1983; BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*, p.37; FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. Bauru: Edusc, 2004, p.270.

43 FINK, Carole. *Marc Bloch: uma vida na História*, p.162.

44 BLOCH, Marc. *Apologia da História*, ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.47, 59, 93, 94, 125.

45 BLOCH, Marc. *Apologia da História*, p.49, 77.

não deixa de reconhecer suas virtudes e parece crer que tais diferenças se devem basicamente ao fato de terem escrito em momentos diversos.

Tal postura de Bloch é muito divergente da memória histórica que tende a ver nos fundadores dos *Annales* um pequeno grupo devotado a um combate incessante e heróico contra a historiografia anterior, um ponto de vista que é em parte uma visão posterior. Gérard Noiriel, por exemplo, mostra o decisivo papel de Febvre na construção deliberada desse mito, incluindo procedimentos que rigorosamente deformavam o passado da escola.⁴⁶ Outro exemplo que merece ser lembrado é o de Le Goff, neste aspecto um continuador de Febvre, sempre pronto a combater os inimigos do grupo francês e construir a memória do grupo, mesmo quando são necessários alguns “ajustes”. Em seu prefácio à *Apologia da História*, por exemplo, escreve que um aspecto fundamental do livro é:

(...) a oposição entre esse texto e a célebre *Introdução aos estudos históricos* de Langlois e Seignobos, que o próprio Marc Bloch considera, como demonstra a nota 1 de seu manuscrito (...), um horror, apesar da homenagem que presta a esses dois historiadores, que foram seus professores. Nada de surpreendente nisso, pois os *Annales* são, desde sua criação, apresentados como o órgão de um combate contra a concepção da história defendida por Langlois e Seignobos.⁴⁷

O texto de Le Goff é bastante explícito, bem como típico da tradição que vê nos primeiros *Annales* um pequeno exército combativo, disposto tudo para combater seus inimigos estabelecidos na fortaleza universitária francesa. No entanto, quando se consulta a nota referida por Le Goff, encontra-se o seguinte texto de Bloch, escrito após o historiador francês ter colocado a questão da legitimidade da História:

A respeito do que oponho-me, desde o início e sem o ter buscado, à *Introdução aos estudos históricos* de Langlois e Seignobos. (...) Entretanto, uma vez que a ocasião me é assim oferecida, vale mais, creio eu, fixar desde já minha posição a respeito de um livro justamente notório, ao qual o meu, aliás, construído sobre outro plano e, em certas de suas partes, muito menos desenvolvido, não pretende de forma alguma substituir. Fui aluno desses dois autores e, especialmente do sr. Seignobos. Deram-me, ambos, preciosas demonstrações de sua boa vontade. Meus primeiros estudos deveram muito a seu ensino e a sua obra. Mas ambos não nos ensinaram apenas que o historiador tem como primeiro dever ser sincero; tampouco dissimulavam que o próprio progresso de nossos estudos é feito da contradição necessária entre as gerações sucessivas de trabalhadores. Permanecerei portanto fiel às suas lições criticando-as, ali onde

46 NOIRIEL, Gérard. *Sobre la Crisis de la Historia*, p.254-274.

47 LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História*, ou O Ofício do Historiador, p. 15.

julgo ser útil, bastante livremente, como desejo que um dia meus alunos, por sua vez, me critiquem.⁴⁸

A longa citação é essencial para ilustrar a brutal distância que separa o texto de Bloch com sua “descrição” feita por Le Goff. Enquanto este informa o leitor que Bloch afirma categoricamente que o texto de Seignobos e Langlois é “um horror”, o texto se mostra bastante diferente. Nele, vemos um historiador consagrado prestando homenagem a seus ilustres professores, assinalando a dívida que possui para com os mesmos, anotando as qualidades do livro por eles escrito (lembrando inclusive que tal livro é, em alguns aspectos, melhor que o seu próprio), mas afirmando ser seu dever se opor a seus mestres quando julgar necessário, notando que apenas punha em prática uma lição aprendida com eles próprios. Em suma, Bloch observa que Langlois e Seignobos foram autores de mérito em seu tempo, que sua obra ainda possui qualidades mas que pode e deve ser superada pela geração seguinte. Nada de oposição aberta, mas sim o reconhecimento de que “o próprio progresso de nossos estudos é feito da contradição necessária entre as gerações sucessivas de trabalhadores”. Gerações diferentes, atmosferas mentais diferentes, resultados diferentes: assim Bloch explica as diferenças que possui em relação a seus professores.⁴⁹

Trata-se de um ponto de vista bastante justificável: a historiografia se desenvolve não através de bruscas rupturas, mas da contradição entre diferentes pontos de vista, sendo freqüente que a própria qualidade de um trabalho proponha novas questões cuja resolução leve à sua superação. O problema é se pensar em Bloch e seus colegas dos *Annales* sob a ótica de Le Goff, como indivíduos que negaram os historiadores que lhes antecederam, se inspirando apenas em outras ciências sociais, tais como a sociologia durkheimiana e a geografia lablachiana. Por mais que sejam nomes certos em qualquer lista dos maiores historiadores que já existiram, Bloch, Febvre e Braudel só puderam renovar a historiografia partindo do que seus antecessores haviam realizado e dialogando com tal produção, o que incluiu muitas diferenças mas também a incorporação do que lhes pareceu adequado.

48 BLOCH, Marc. *Apologia da História*, p.41.

49 Aliás, é interessante notar que Febvre, ao resenhar obra de Seignobos, embora não a poupe de críticas jamais chega a desqualificá-la, tal como o fariam seus sucessores. Pelo contrário, o leitor de Febvre é informado que Seignobos buscava relativizar o papel de heróis nacionais como Vercingétorix e Joana D'Arc e focalizava sua história da França no cotidiano do homem comum através de questões como vestuário, alimentação e moradia, embora não desenvolvesse tais questões de modo a merecer a aprovação de Febvre (FEBVRE, Lucien. *Combates Pela História*. Lisboa: Presença, 3ª edição, 1989, p.92-102).

4. Considerações Finais

Nota-se, então, que Bloch, em *A Sociedade Feudal*, buscou, entre outras coisas, caracterizar o nascimento da Europa enquanto unidade social, econômica, política e cultural. Tal fato teria ocorrido na transição do mundo antigo para a Idade Média, em meio a um contexto de invasões externas que teriam originado a fusão romano-germânica, um argumento que tem notáveis similaridades com o de Leopold von Ranke. Também como Ranke, Bloch desenvolve um conceito altamente excludente de “Europa”, que é limitada à sua parte ocidental. Na verdade, seu livro dá grande ênfase à França e ao oeste alemão, com rápidas referências a outras partes da Europa ocidental. Pode-se objetar (como o faz Bloch) que essa foi a área onde o feudalismo se realizou por completo. Mas, como já notaram alguns comentadores, isso deriva da postura de Bloch, que em sua caracterização da “sociedade feudal” enfatiza enormemente os laços de dependência que atavam os indivíduos no Ocidente medieval.⁵⁰ Se se desloca o foco, por exemplo, para o terreno da apropriação do excedente ou se se caracteriza o feudalismo como um modo de produção, outras áreas européias poderiam fazer parte da análise.⁵¹ Mas não é preciso sair do terreno dos *Annales*: Duby⁵² e Le Goff,⁵³ que reivindicam arduamente a herança de Bloch adotaram postura diversa, caracterizando o feudalismo em termos marcadamente sócio-econômicos e expandindo a análise para outras paragens.

Nota-se então que nas páginas percorridas Marc Bloch mostrou uma clara dívida para com a historiografia do século XIX, incluindo alguns elementos muito criticados pelo grupo de historiadores que reivindicou arduamente a herança do fundador dos *Annales*. Evolucionismo, visão da História como progresso, eurocentrismo, ênfase nas explicações a partir de fatores militares, idealismo, nacionalismo, exaltação de “grandes homens”: isso implica numa negação do caráter inovador de Bloch? Evidente que não. O estudo aqui realizado não pretende fazer justiça ao conjunto da obra de tal autor, e nem ao menos é significativo do que é de fato o livro *A Sociedade Feudal*, síntese de aspectos econômicos, sociais e mentais da Europa Ocidental na Idade Média. Este artigo tirou a grande maioria das referências dos primeiros três capítulos do livro, que possui um total de trinta e três, perfazendo tais capítulos, na edição consultada, 56 páginas, de um total de 467.

No entanto, se tais passagens não se mostram representativas do todo da obra de Marc Bloch, servem como importante alerta. 1929 não marca o

50 FOURQUIN, Guy. *Senhorio e Feudalidade na Idade Média*. Lisboa: Ed. 70, 1987; GUERREAU, Alain. *O Feudalismo, um horizonte teórico*.

51 ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1991; MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição, 1991.

52 DUBY, Georges. *Guerreiros e Camponeses*.

53 LE GOFF, Jacques. *Civilização do Ocidente Medieval*.

fim definitivo de toda a historiografia anterior, nem o nascimento de padrões inteiramente novos a partir do zero. Conforme apontado no início deste artigo, há autores que têm se esforçado em demonstrar que a historiografia anterior a 1929 não corresponde à caricatura que os *Annales* dela fizeram. Mas é preciso ir mais longe, notando que mesmo os elementos mais criticados pelos *Annales* naquela historiografia podem ter surgido eventualmente na produção do grupo, desde seus fundadores. É importante ter em mente que, independente de quantos manifestos contra a historiografia anterior o grupo possa ter escrito, ou de quantas vezes seus herdeiros reafirmarem uma oposição rígida entre os *Annales* e seus predecessores, o fato é que acatar tal ponto de vista é estudar a historiografia de forma que jamais um historiador profissional poderia fazer, aceitando integralmente o ponto de vista dos vencedores e pressupondo uma súbita ruptura no campo da produção histórica.⁵⁴

Retomando o texto de Arno Mayer e a metáfora de Peter Burke, hoje está claro que a Revolução Francesa não significa uma destruição total do Antigo Regime, nem que as novas instituições republicanas tenham sido criadas a partir do zero.⁵⁵ Nem 1789 nem 1848 significaram a destruição imediata do Antigo Regime. Analisando as passagens citadas neste artigo, creio que se possa dizer o mesmo para o ano de 1929. Se tal ano marca um duro golpe no Antigo Regime historiográfico, isso não significa sua imediata aniquilação seguida de uma reconstrução total do ofício do historiador. A superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos são fatores cruciais na tarefa do historiador. E o mesmo vale para os estudos historiográficos: apenas levando em conta esse complexo jogo de trocas, influências e reapropriações é que se poderá ter uma visão mais rica e não linear da história da historiografia.

54 Tais procedimentos têm sido de longa data considerados inaceitáveis quando levados a cabo em pesquisas empíricas, ver VESENTINI, Carlos Alberto e DE DECCA, Edgar S. A Revolução do Vencedor. *Ciência e Cultura*, 29:1, p.25-32, 1977.

55 Não se pretende chegar a extremos como aqueles para os quais toda a transformação ocorrida na França já estava pronta em 1789, sendo a Revolução mais um elemento a atrapalhar o desenvolvimento que já se processava naturalmente do que um elemento impulsionador de transformações duradouras (SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989). Obviamente não se pretende desenvolver tal argumento em relação aos *Annales*.